

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07, de 24 de setembro de 2015**

***Altera denominação de cargo efetivo da Administração Direta e Indireta, fixa o valor da hora trabalhada dos servidores públicos municipais do cargo que menciona e dá outras providências.***

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Por transformação, o cargo efetivo "Médico", NV-10 da Administração Direta e Indireta passa a denominar-se "Médico horista".

**Art. 2º** Fica fixado o piso municipal para o cargo de Médico Horista no valor de R\$ 56,40 (cinquenta seis reais e quarenta centavos) por hora trabalhada para jornada mínima de 10 (dez) horas semanais até o limite de 20 (vinte horas semanais), estabelecendo-se para referido cargo o padrão de vencimento NV- 10-A – Grau A.

**Parágrafo único.** A hora trabalhada exigida para o piso previsto neste artigo deverá ser integralmente dedicada a ações e serviços de atendimento à saúde, em conformidade com as atribuições definidas no Decreto nº 4.107, de 3 de janeiro de 2000.

**Art. 3º** Fica retificado o artigo 1º da Lei Complementar nº 103, de 15 de junho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 1º O número de vagas do cargo de provimento efetivo de vigilante, constante no Anexo I da Lei nº 3.072, de 25 de abril de 1996, consolidado pela Lei Complementar nº 95, de 22 de setembro de 2014, passa a ter o quantitativo de 59 (cinquenta e nove) vagas. "*

**Art. 4º** Substitui o Anexo da Lei Complementar nº 103, de 15 de junho de 2015, passa a vigorar na forma do Anexo desta Lei.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do exercício em que ocorrerem.

**Art. 6º** Revogadas as disposições contrárias, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itaúna/MG, 24 de setembro de 2015.

**OSMANDO PEREIRA DA SILVA**

Prefeito Municipal

**RENATO CORRADI BECHELAINE**

Secretário Municipal de Administração

**ÂNGELA GONÇALVES DO AMARAL**

Secretária Municipal de Saúde

**OTACÍLIA DE CÁSSIA BARBOSA PARREIRAS**

Procuradora Geral do Município

ANEXO

Projeto de Lei Complementar Nº 7, de 24 de setembro de 2015

Anexo I da Lei Nº 3.072/96  
Quadro de Cargos Efetivos da Administração Direta – CONSOLIDADO

Grupo Ocupacional	Denominação dos cargos	Nº de vagas	Nível de Vencimentos
Auxiliar de Serviços Gerais	- Auxiliar de Serviços Gerais I	01	V-1
	- Auxiliar de Serviços II	250	V-2
	- Servente	250	
Oficial de Serviços	- Auxiliar de Creche	20	V-3
	- Auxiliar de Saúde	10	
	- Auxiliar de Oficina	05	
	- Calceteiro	12	
	- Contínuo	08	
	- Coveiro	12	
	- Operador de Britador/Perfuratriz	01	
	- Porteiro	30	
	- Vigilante	59	
Agente Auxiliar	- Armador	05	V-4
	- Auxiliar de Topografia	06	
	- Blaster	01	
	- Bombeiro Hidráulico	04	
	- Borracheiro	02	
	- Carpinteiro	05	
	- Pedreiro	40	
	- Agente Comunitário	130	
	- Agente de Combate às Endemias	45	
Agente Especializado	- Agente Prático I	12	V-5
	- Eletricista	10	
	- Eletricista de autos	01	
	- Funileiro/ Pintor	01	
	- Marceneiro	03	
	- Pintor	13	
	- Serralheiro	01	
	- Soldador	05	
Oficial Especializado	- Motorista	40	V-6
	- Agente Prático II	13	
	- Mecânico	05	
	- Operador de Máquinas	25	

Agente de Serviços	- Agente Prático III	01	V-7
	- Auxiliar Administrativo	31	
	- Auxiliar em Saúde Bucal - ASB	19	
	- Auxiliar em Enfermagem	64	
	- Instrutor de Esportes I	06	
	- Telefonista	10	
	-Desenhista	03	V-8
	- Guarda Municipal – GM	80	
	- Oficial Prático	03	
Técnico de Nível Médio	- Contabilista	07	V-9
	- Desenhista / Projetista	02	
	- Fiscal de Concessão de Serviços Públicos	02	
	- Fiscal de Obras	06	
	- Fiscal de Posturas	06	
	- Fiscal Sanitário	06	
	- Fiscal de Tributos	08	
	- Educador Social	01	
	- Oficial Administrativo	119	
	- Oficial de Manutenção	05	
	- Técnico de Laboratório	03	
	- Técnico de Raios X (LC. 94/14)	03	
	- Técnico em Saúde Bucal (LC. 94/14)	03	
	- Técnico em Segurança do Trabalho	02	
	- Topógrafo	05	
Profissional de Nível Superior Profissional de Nível Superior	- Analista de Sistemas	01	Nível V-10  V-10
	- Arquiteto	03	
	- Assistente Social	16	
	- Bibliotecário	01	
	- Bioquímico	06	
	- Contador	01	
	- Economista	02	
	- Enfermeiro	09	
	- Engenheiro Civil	04	
	- Engenheiro Seg. Trabalho	01	
	- Farmacêutico (LC 40)	03	
	- Fisioterapeuta	14	
	- Fonoaudiólogo	07	
	- Médico Auditor (LC 93/14)	01	
	- Médico Veterinário	02	

	- Nutricionista	03	
	- Odontólogo	26	
	- Psicólogo	30	
	- Procurador	13	
	- Terapeuta Ocupacional	08	
	- Arte Terapeuta	02	
	- Auditor-SS	02	
	- Psicopedagogo	02	
	- Cirurgião Dentista – PSF	03	<b>Estratégia Saúde da Família</b>
	<b>-Médico Horista</b>	50	<b>Nível V-10 A</b>

***PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2015***

***JUSTIFICATIVA***

Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

O projeto de Lei que ora encaminhamos a essa Casa visa alterar o quadro de pessoal da Administração Direta para atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Administração Indireta visando adequar os serviços de atendimento médico e da jornada de trabalho dos profissionais que atuam na área com a fixação do piso salarial hora.

É importante ressaltar que a redução da jornada e fixação de piso por hora trabalhada promoverão aos profissionais médicos otimização do tempo e, conseqüentemente, melhor desempenho e eficiência nos atendimentos à saúde da população.

Acresce-se que a proposta constitui um incentivo aos médicos para ingressarem no serviço público municipal como forma de alcançar melhor eficácia na política de saúde pública.

Em atenção à Lei Complementar nº 101/2000, segue a cópia da declaração da gestora da Secretaria Municipal de Saúde para instrução do processo legislativo.

No que se refere ao cargo de vigilante, esclarecemos que o artigo 1º da Lei Complementar nº 103, de 15 de junho de 2015, especialmente na parte que define o quantitativo das vagas apresentou erro material, por isso a necessidade de correção.

Face ao exposto, aguardamos que V. Exas. votem e aprovem este projeto de lei complementar, oportunidade em que renovamos-lhes nossos protestos de elevada estima e consideração.

***OSMANDO PEREIRA DA SILVA***

*Prefeito Municipal*

## **Comissão de Justiça e Redação**

Tendo esta comissão recebido em 23 de Outubro de 2015 pelo vereador Presidente desta comissão, Nilzon Borges Ferreira, e tendo sido nomeado para atuar como relator no **Projeto de Lei Complementar 08/2015** que “Altera denominação de cargo efetivo da Administração Direta e Indireta, fixa o valor da hora trabalhada dos servidores público municipais do cargo que menciona e dá outras providências.

### **Relatório**

O referido Projeto de Lei visa alterar o quadro de pessoal da Administração Direta para atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Administração Indireta visando adequar os serviços de atendimento médico e da jornada de trabalho dos profissionais que atuam na área com fixação do piso salarial hora.

### **Voto do relator**

Assim, entende este relator que o supramencionado Projeto de Lei está devidamente instruído, obedecendo as técnicas legislativas, estando apto a ser apreciado pelo Plenário desta Casa.

**Sala das comissões, Itaúna, 26 de Outubro de 2015.**

**Hélio Machado**  
**Relator**

Acompanham o Voto do relator os demais membros da comissão:

**Nilzon Borges Ferreira**  
**Presidente**

**Lucimar Nunes**  
**Membro**

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO**

### **AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/2015**

Aos 10 dias do mês de novembro de 2015, recebeu essa Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna/MG, o **Projeto de Lei Complementar Nº 08/2015**, de autoria do *Prefeito Municipal de Itaúna* que, “*Altera denominação de cargo efetivo da Administração Direta e Indireta, fixa o valor da hora trabalhada dos Servidores Públicos Municipais do cargo que menicono e dá outras providências*”, venho expor meu esclarecimento:

- Entende-se que o presente Projeto de Lei Complementar Nº 08/2015 visa alterar quadro de pessoal da Administração direta para atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Administração Indireta visando adequar os serviços de atendimento médico e da jornada de trabalho dos profissionais que atuam na área com a fixação do piso salarial hora.
- Diante do exposto, passo a emissão do meu voto.

### **VOTO DO RELATOR**

Este relator entende que o supremencionado Projeto de Lei, encontra-se dentro da correta Técnica Legislativa, portanto, sou pela apreciação da presente proposição pelo Plénario.

Sala de Comissões, Itaúna/MG, 16 de novembro de 2015.

**Giordane Alberto de Carvalho**  
*Presidente/Relator da CFO*

Ante a análise do parecer exarado pelo Presidente da Comissão, acatamos o voto do relator.

**Gleisson Fernandes**  
*Membro/CFO*

**Leonardo Santos Rosemburg**  
*Membro/CFO*